

DELIBERAÇÃO ONLINE E OPINIÃO PÚBLICA NO CASO DO MOVIMENTO GOTA D'ÁGUA CONTRA A USINA DE BELO MONTE¹

ONLINE DELIBERATION AND PUBLIC OPINION IN THE GOTA D'ÁGUA MOVEMENT AGAINST BELO MONTE POWER PLANT

Angela Salgueiro Marques¹

Luis Mauro Sá Martino²

RESUMO

No âmbito da comunicação política, a construção da opinião pública em processos deliberativos online envolve reflexões sobre a configuração dos espaços dialógicos das redes sociais e o modo como influem nas condições de igualdade, justificação recíproca, intersecções entre formas racionais e estético-expressivas de comunicação e elaboração de discursos que possam ser reconhecidos como válidos. A partir do debate online provocado por um vídeo produzido pelo movimento “Gota d’Água” (e veiculado no Youtube) sobre a construção da hidrelétrica de Belo Monte, e da noção de democracia deliberativa fundada por Habermas (e revista por autores que nele se inspiram) para avaliar discussões políticas online, este texto discute as possibilidades de se perceber certos ambientes virtuais como arenas discursivas de construção da opinião pública em que interesses corporativos enfrentam razões publicamente construídas e práticas de engajamento coletivo.

PALAVRAS-CHAVE

deliberação online; opinião pública; Belo Monte; Youtube; Movimento Gota d’Água.

ABSTRACT

The public opinion formation in online deliberative processes demands, within the scope of political communication, to account for the configuration of dialogical spaces of the social networks. The understanding of the influence of such spaces on the conditions

1 Doutora em Comunicação Social pela UFMG e Professora do Departamento de Comunicação nesta universidade, atuando na graduação e pós-graduação. Bolsista de Produtividade do CNPq. angelasalgueiro@gmail.com Belo Horizonte, BRASIL.

2 Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP e professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero (SP). msamartino@gmail.com São Paulo, BRASIL.

of equality, reciprocal justification, discourse elaboration and intersections between rational and aesthetic expressive forms of communication that can be recognized as valid also require clarification. Here we use the concept of deliberative democracy established by Habermas (and reviewed by authors inspired by him) to evaluate online political discussions about the debate disrupted by the movement “Gota d’Água” that took place at Youtube debating the construction of Belo Monte power plant. The aim of this text is to point out the possibilities of perceiving some virtual environments as discursive arenas of public opinion formation where corporative interests faces public reasoning and collective engagement practices.

KEYWORDS

online deliberation; public opinion; Belo Monte power plant; Youtube; Gota d’Água Movement.

As condições e possibilidades de existência de uma efetiva deliberação em ambientes virtuais vêm sendo objeto de um amplo debate tanto nos estudos de Teoria Política quanto nas discussões sobre Comunicação e, em particular, sobre Internet. Não faltam estudos, realizados nas últimas décadas, a respeito tanto das vantagens quanto dos limites de uma efetiva discussão pública no espaço mediado online (Papacharissi, 2002, Witschge, 2004, Wright e Street, 2007; Vergeer e Hermans, 2008; Marques, 2011) indicando, senão uma resposta, ao menos um certo consenso no que diz respeito à importância da pergunta. Em vários casos, essas discussões articulam-se com as problemáticas vinculadas à constituição de práticas democráticas nesses ambientes (Maia, 2008; Janssen e Kies, 2005; Wojcieszak e Mutz, 2009; Sampaio, 2011; Miola, 2011).

Os pressupostos teóricos de uma democracia deliberativa, de um lado, constituem um eixo de intersecção entre as condições ético-epistemológicas de um fazer discursivo como dinâmica fundamental de interação entre os atores; de outro, implicam a existência dessas condições dentro de um espaço público no qual, em dimensões múltiplas, as articulações discursivas orientam-se no sentido da definição de ações (Habermas, 1997). Os estudos a respeito da democracia deliberativa retomam essa intersecção em várias vertentes, congruentes na relação que se tem entre política e comunicação dentro de várias instâncias e esferas, sejam ou não eletronicamente mediadas.

As questões relativas às condições de participação equânime dos interessados, bem como as possibilidades da criação de laços discursivos entre os participantes e a exis-

tência efetiva de uma discussão que vá além da justaposição de proferimentos, efetivados por vezes em registros que tangem a aleatoriedade, quando não francamente distantes de qualquer pressuposto ético de uma discussão, direcionam-se para pensar na efetiva dimensão deliberativa das trocas discursivas online (Stromer-Galley, 2005; Graham, 2008; Kies, 2010; Dahlberg, 2001).

Ao mesmo tempo, a configuração de novos espaços de debate, tomada de decisões e resoluções é atrelada a uma nova arquitetura das trocas comunicativas das quais, em certos casos, podem derivar engajamentos e ações efetivas. Enquanto espaço definidor de uma razão prática decorrente de trocas discursivas, o ambiente online apresenta-se como um espaço privilegiado de discussão, no qual os participantes teriam a possibilidade de participar de um debate menos vinculado a questões que não integrem o próprio discurso (sua construção e expressão) e de definir as próprias regras da discussão, elemento fundamental para que se pense na validade ética da justificação recíproca dos discursos e proferimentos em negociação (Wilhelm, 2000; Bohman, 2004; Marques, 2009).

A isto se soma o fato de que as expressões corriqueiras referentes aos espaços virtuais referem-se a uma espécie de todo constituído - a internet pensada como um bloco homogêneo - que efetivamente não encontra sustentação empírica em nenhum aspecto de sua arquitetura. Ao contrário, quando se menciona a possibilidade de um debate político “virtual”, “online” ou qualquer expressão equivalente, está-se falando de um ambiente com múltiplas divisões, intermediadas eletronicamente por dispositivos vários, orientadas pela expectativa de condutas diversas e, portanto, marcado pela diversidade na arquitetura de sua construção da qual decorre as possibilidades de uso (Wright e Street, 2007). A “internet”, nesse sentido, é um ambiente que comporta inúmeras configurações discursivas quanto ao modo de organizar, produzir, reproduzir e trocar informações. Dessa maneira, quando se fala de uma discussão “online”, é preciso observar que se trata, a priori, de formular uma pergunta referente a qual espaço, dentro desse ambiente, efetivamente será empregado para a discussão.

Esse contexto suscita várias questões que perpassam este texto, sem o propósito de oferecer as respostas, mas de delinear algumas perguntas a partir de um estudo de caso. O objetivo da reflexão aqui delineada é investigar a discussão online sobre o chamado Movimento “Gota d’Água”, em particular as interações discursivas estabelecidas no site Youtube referentes a um vídeo feito pelo movimento e protagonizado por diver-

sos artistas nacionais contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Foram analisados os 100 primeiros comentários ao vídeo feitos no site (o vídeo foi postado em 15/11/11), buscando-se observar como os interagentes articularam, em diferentes momentos deliberativos, a narrativa audiovisual com suas opiniões e idéias a respeito do tema dentro de uma perspectiva das trocas comunicativas online. Para tanto, busca-se construir uma análise qualitativa a partir de um quadro de referências pautado na observação das trocas comunicativas online e seus diferentes momentos de adensamento argumentativo. Não se trata de fazer um inventário teórico das proposições e divergências sobre a ética do discurso (e os princípios deliberativos que dela derivam) ou sobre as inscrições da fala na esfera pública, mas de observar a construção de um espaço de construção discursiva da opinião pública acerca de um tema político de relevância nacional.

O texto explora três principais aspectos da questão: (1) o problema teórico-metodológico da formação de esferas públicas em ambientes virtuais, buscando situar a discussão mais do que esgotá-la; (2) o contexto de discussão pública a respeito da usina de Belo Monte, bem como a formação do movimento Gota d'água e o vídeo de mesmo nome; (3) a discussão online gerada pelo vídeo, focalizando a produção discursiva dos internautas objetivadas nos comentários do Youtube.

O PROBLEMA TEÓRICO-METODOLÓGICO DA FORMAÇÃO DE ESFERAS PÚBLICAS EM AMBIENTES VIRTUAIS

O desenvolvimento do ambiente internet como potencial espaço capaz de abrigar discussões a respeito de temas de interesse público contribuiu para a emergência de uma série de investigações, no meio acadêmico, tanto a respeito da pertinência do nome - com perspectivas em torno do uso de “esfera pública conectada”, “esfera pública virtual”, “esfera pública interconectada” (Silveira, 2009) - quando da efetividade de suas propostas. O objetivo aqui não é inventariar esses desenvolvimentos teóricos, mas pontuar algumas de suas especificidades no sentido de indicar dentro de qual proposta se está caminhando neste texto.

As discussões sobre internet e política vêm ocupando um considerável espaço dentro da literatura sobre Comunicação, cobrindo uma vasta gama de elementos que vai do ciberativismo, passando pelo engajamento cívico em conversações politizadas, até a construção de identidades online como forma de manifestação representacional de

elementos políticos (Maia, Gomes e Marques, 2011). Uma das trilhas dessas discussões refere-se à pertinência da noção de esfera pública, desenvolvida por Habermas, como parte das estratégias epistemológicas de apreensão conceitual do fenômeno. A perspectiva, nesse ponto, é de questionar em que medida as considerações do filósofo alemão a respeito de uma Esfera Pública, bem como de uma ética da discussão, podem ser utilizadas para se avaliar os processos comunicativos no ambiente online.

Se as discussões a respeito do conceito de “Esfera Pública” remontam a Hannah Arendt, é a partir do trabalho de Habermas *Mudança estrutural na Esfera Pública* (1984 [1962]) que o conceito ganha operacionalização dentro dos espaços acadêmicos. A partir da publicação do livro em inglês, sobretudo, o tema suscitou amplo debate, recebendo críticas a respeito de sua vinculação quase exclusiva a um determinado espaço eurocêntrico, masculino, burguês e pouco plural. Destacam-se, nesse sentido, as considerações de Iris Young (2001) e Nancy Fraser (1990). Essa recepção levou o autor a revisitar criticamente seu conceito, quase três décadas depois do livro original, em *Direito e Democracia*.² Esse hiato, no entanto, aparentemente não configurou um abandono do tema, mas um sutil deslocamento de sua análise, do nível macro-estrutural do desenvolvimento histórico, para o espaço das interações conversacionais no cotidiano com vistas ao entendimento, formulada em sua *Teoria da Ação Comunicativa* (1984 [1981]). Esse desenvolvimento, por sua vez, pautou-se, entre outros aspectos, por uma perspectiva política no sentido de pensar a interação conversacional - e, portanto, a comunicação - como uma das bases de uma forma específica de política, a democracia deliberativa, que Habermas vem desenvolvendo desde então.

Dado que, em linhas bastante gerais, o processo deliberativo almeja chegar a uma melhor formulação e conhecimento dos diferentes aspectos de um problema coletivo (com vistas ou não à tomada de decisões), a partir das interações conversacionais entre os atores relacionados ao problema, a emergência da internet como ambiente mediaticamente relacional nos apresenta uma questão teórico-prática no sentido de verificar em que medida as propostas de uma ética do discurso pautada na noção de uma ação comunicativa - a interação conversacional enquadrada por um conjunto de pressupostos racionalmente definidos entre os participantes com vistas ao entendimento a respeito de um conjunto de proposições a serem, eventualmente, convertidas *a posteriori* em ação - podem nos auxiliar a entender como determinados espaços da internet seriam mais propícios para a discussão e a argumentação. A própria existência, dentro desse

ambiente, de “fóruns” parecia reforçar, de saída, as possibilidades dessa perspectiva, e não faltaram trabalhos exaltando o potencial democrático e comunicativo do novo meio no sentido de permitir, pela primeira vez, uma série de interações entre indivíduos que, fora desse ambiente, dificilmente poderiam ocorrer (Schneider, 1997; Tsagarousianou, 1998; Papacharissi, 2002).

No entanto, o próprio Habermas (2006) mostrou-se reticente quanto à formação - ou reconfiguração - de uma esfera pública, pautada na discussão, dentro do ambiente virtual. De fato, alguns dos pressupostos relativos à normatividade ética de uma interação discursiva, mesmo se pensada como um “tipo ideal” a ser visto como modelo, mas não efetivado em forma pura, parecem não se concretizar nos ambientes virtuais. Ao contrário, o modelo de uma troca conversacional pauta em pressupostos éticos que obedecem à normatividade de uma moral racionalmente definida e aceita pelo grupo, de modo a garantir, ao menos em princípio, a livre troca de proferimentos com vistas a sua valoração, nem sempre é visto nas discussões online (Lev-On e Manin, 2009; Chapput, 2008; Wojcieszak e Mutz, 2009). Em outras palavras, é possível perguntar o que há, efetivamente, de interativo nas interações no ambiente virtual que possa garantir sua efetiva compreensão como uma esfera de discussão? Em alguns casos, a relação parece se pautar muito mais em termos de uma esfera de visibilidade pública, no sentido em que Thompson (1998) menciona a “nova visibilidade” decorrente da reconfiguração dos espaços em uma sociedade midiaticizada, do que necessariamente um espaço de troca de discussões pautadas em uma razão prática.

Em suas poucas menções ao tema, Habermas (2006) não descarta que o ambiente virtual possa ser também um espaço de construção de identidades, mas não como um lugar de discussão e tomada de decisões. Ao mesmo tempo, empiricamente seria difícil não observar a gama de debates existentes na internet e, mais ainda, da transformação de algumas dessas discussões em ações práticas levadas a efeito, em alguns casos, em escala quase mundial (Bennett, 2004; Wessler, 2008) - o exemplo próximo seria o movimento “Occupy”, quando manifestantes ocuparam Wall Street em protesto contra a crise econômica mundial (e mais uma extensa agenda de reivindicações), de ampla repercussão nos meios virtuais, sobretudo nas redes sociais, que parece ter contribuído para a eclosão de movimentos semelhantes em vários outros países, inclusive no Brasil. Assim, se por um lado a ética da discussão de temas e questões na Esfera Pública proposta por Habermas encontra dificuldades em sua articulação com o ambiente online,

por outro a visibilidade de movimentos, demandas e reivindicações que se espalham nas redes digitais de conversação geram ações dentro de uma nova concepção múltipla de uma “micro-política” efetivada fora dos ambientes convencionais dessa ação - leia-se, por exemplo, os espaços de governos, partidos e eleições, mas também dos movimentos sociais e das ONGs em sua existência “real”.

BELO MONTE E O VÍDEO DO MOVIMENTO GOTA D'ÁGUA NO YOUTUBE

A controvérsia em torno da construção do complexo de usinas no Rio Xingu remonta a meados dos anos 1970. Naquela época, o governo militar pretendia levar o desenvolvimento à Amazônia, uma “região esquecida”, de modo a aprofundar o modelo econômico de substituição de importações calcado no tripé capital privado, capital estatal e capital estrangeiro, sob o comando do Estado, gerando grandes investimentos em insumos básicos e absorver a maior parte dos recursos externos captados para esse fim. Desde então, um amplo debate se articulou em torno do tema, de modo que a cada período de discussões uma esfera social diferente ganhava projeção em diferentes âmbitos de enunciação e troca argumentativa.

Ainda assim, as atuais manifestações contra a construção de Belo Monte revelam o potencial que a mídia possui de construir cenas enunciativas de dissenso e de conversação informal através do tensionamento de valores e regras de julgamento moral. Por sua vez, a conversação política, como aquela desancadeada no Youtube, ao abrir brechas para o processo de definição e interpretação de um problema público, permite que os indivíduos coloquem em prática suas capacidades de elaboração e justificação de ideias e crenças, submetendo-os ao crivo dos parceiros de interlocução. Isso tende a favorecer o aperfeiçoamento dos modos de se interpretar problemas e de expressar pontos de vista no contexto de uma negociação pública entre interesses divergentes (Martino e Marques, 2011, 2012).

A construção da usina hidrelétrica de Belo Monte foi retomada pelo governo federal como parte do Programa de Aceleração do Crescimento, e obteve certo espaço na grande mídia a partir do momento em que ambientalistas e ativistas posicionaram-se contra a obra, ressaltando os eventuais danos não apenas ao meio ambiente por conta das alterações no curso do Rio Xingu, mas também no que diz respeito às populações in-

dígenas e ribeirinhas. Nesse contexto de debate insere-se o “Movimento Gota d’Água”, responsável pela produção do vídeo aqui analisado.

Embora não seja objeto de análise, cumpre delinear, ainda que de maneira meramente ilustrativa, alguns pontos da mensagem presente no vídeo “Gota d’Água”, evidenciando alguns de seus pontos específicos no que diz respeito, sobretudo, ao modo como são efetuados os proferimentos. É importante salientar que o vídeo não pode ser confundido com a instância geradora das interlocuções acerca de Belo Monte, uma vez que ele integra uma rede de debates já previamente instaurada tanto online quanto offline.

De acordo com o site institucional, o Movimento Gota d’Água é considerado como uma organização não-governamental que tem dentre seus objetivos o fomento ao debate e à discussão de temas de interesse público, e conta, entre seus participantes, com técnicos, especialistas e, em sua dimensão mais visível, artistas da Rede Globo de Televisão. A campanha a respeito da usina de Belo Monte, de acordo com o site do Movimento, é apenas a primeira dentre várias que estão em desenvolvimento. Não há indicações, no site, de outros vínculos institucionais responsáveis pelo respaldo financeiro do Movimento, embora exista a possibilidade de serem efetuadas doações via *paypal*.

Produzido como parte de um movimento homônimo, estrelado por atores e organizado dentro de um conjunto de referências delineadas sobre os modos de endereçamento³ da mensagem televisiva, o vídeo comporta uma série de características que poderiam ser compreendidas, de acordo com Entman (1993)⁴, como um modo específico de enquadramento (*framing*) com vistas à formação de um sentido que, embora seja aberto à negociação, contestação ou concordância, não deixa de comportar em si uma forma específica de se enquadrar a mensagem dentro de uma estrutura prévia de sentidos a serem compartilhados com os espectadores. De certa forma, as estratégias de enunciação do vídeo deixam claro que a presença de atores consagrados da Rede Globo de televisão sugere certa familiaridade com a mensagem que será exposta.

O vídeo tem início com um apelo em forma de pergunta, indagando ao público porque ele deveria se importar com a construção de Belo Monte. “Você já ouviu falar na hidrelétrica de Belo Monte?”, questiona a atriz Juliana Paes, olhando diretamente para o espectador. Ela é imediatamente seguida pelo ator Marcos Palmeira, que pergunta “Você já foi à Amazônia?” e, assim por diante, em uma seqüência de interrogações que sugerem um chamado específico à discussão do assunto. A essa primeira parte seguem-

-se imediatamente os enunciados dos atores Bruno Mazzeo, Camila Morgado e Maitê Proença, colocando-se no lugar do suposto espectador e questionando: “O que eu tenho a ver com isso?”, em uma perspectiva de antecipação do que poderia ser um argumento contrário imediato - a indiferença do público.

Esse primeiro apelo a um diálogo imaginário com o espectador presumido dá a tônica de praticamente todo o vídeo. Trata-se, quase o tempo todo, de um modo de endereçamento pessoal da mensagem que privilegia um eventual diálogo com o telespectador, convidando-o particularmente à reflexão sobre o tema a partir de sua inclusão no problema, uma inclusão definida a partir do momento em que, logo no início, há um chamado explícito à atenção. É claro, como mencionamos ontem, que o vídeo se configura como um dos elementos discursivos que se integra à teia de debates já estruturada em torno de Belo Monte. Mas não se pode perder de vista o fato de que ele convoca o espectador de maneira diferente. As imagens, a presença de celebridades, os enunciados proferidos e a própria cena de enunciação (a plataforma do Youtube - que não pode ser confundida com espaço reservado ao entretenimento, uma vez que os interagentes podem deixar ali mensagens e responder aos vídeos vistos com argumentos escritos e imagéticos, uma vez que muitas vezes os vídeos são respondidos com outros vídeos e, não raro, a resposta presente nesse vídeo-resposta é feita através do uso da ironia e do humor, formas importantes de resistência⁵).

As origens institucionais do vídeo não são explicitadas em momento algum. Não há marcas, logos ou assinaturas, exceto a própria explicitação de um movimento intitulado “Gota d’Água”, mas ao qual não é publicamente creditado ônus na produção. Ao contrário, tem-se a sugestão de certa espontaneidade na ação na ausência de vínculos que possam caracterizar efetivamente os laços referentes à sua produção. Trata-se, à primeira vista, de atores da Rede Globo fazendo um protesto público, algo pouco usual mas não impossível.

O tom do vídeo busca manter-se em um registro didático, desenvolvendo, para isso, na forma de diálogo alternado entre os atores participantes, a oportunidade da formulação mútua de perguntas que estariam sendo feitas por um interlocutor presumido do público, esclarecendo questões que, aparentemente, soariam básicas. São apresentados dados, gráficos e informações a respeito do projeto de Lei relacionado à construção da Usina de Belo Monte, e o tempo todo é ressaltada a necessidade de mobilização

popular - como sugerem as estratégias de enunciação observadas - como única oportunidade de reverter o processo.

Os atores dirigem-se diretamente ao público em quase todo o vídeo, mas, em certos momentos, interrompem a narrativa para comentários que, aparentemente, não estão diretamente relacionados com o tema. Em certo momento, por exemplo, a atriz Maitê Proença inicia um brevíssimo solilóquio - ou, o que também pode ser interpretado, um diálogo com um interlocutor fora da cena - a respeito de sua roupa, e, após alguns momentos, anuncia que vai tirar uma peça, discurso acompanhado da gestualidade correspondente. É possível inferir, nesse sentido, que as estratégias de enunciação do vídeo acompanham de perto modalidades de gênero audiovisual familiares ao telespectador. É a partir dessas modalidades de proferimento que o vídeo se estrutura, objetivando o apelo à participação em um debate - na construção da opinião pública - e, eventualmente, o engajamento em uma causa - ou ao menos em uma discussão, objeto de análise deste trabalho.

MÍDIA E PROCESSOS ARGUMENTATIVOS DE FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

O modo como hoje entendemos o processo deliberativo que conecta vários espaços mediados de discussão, incluindo sobretudo aqueles online, depende de como conceitualizamos a mídia e a opinião pública.

De acordo com Wessler (2008), é preciso ampliar nosso entendimento dos programas ou canais midiáticos que devem contar como fornecedores de insumos para a deliberação: jornais, revistas, talkshows são tão importantes quanto telenovelas, filmes, peças de teatro e vídeos postados na rede.

Sabemos que a deliberação na mídia não está direcionada para a mútua persuasão de interlocutores: eles discutem entre si para persuadir a audiência. Mas a presença de intenções estratégicas e mercadológicas não diminui a importância dos processos de construção de agendas de debate e, em outro nível, da justificação recíproca de argumentos que sustentam posições conflitantes.

Enquanto os profissionais de comunicação providenciam informações e diversos pontos de vista organizados tematicamente, o público organiza o processo deliberativo, refle-

tindo e articulando os diversos pontos de vista oferecidos no contexto das diferentes esferas e ambientes discursivos dos quais fazem parte.

Não se pode desconsiderar que cobertura da mídia muito frequentemente promove um balanço irreal, simplesmente sobrepondo visões divergentes acerca de uma controvérsia, sem se preocupar com a veracidade das implicações feitas pelos diferentes lados envolvidos nas controvérsias. Contudo, apesar de as mensagens midiáticas perpassarem o modo como os cidadãos comuns produzem entendimentos acerca do universo da política, o que faz as pessoas “pensarem o que pensam” é uma multiplicidade de tramas discursivas constituídas de diferentes maneiras, em diferentes contextos. Isso revela um trabalho comunicativo e intertextual que não se reconfigura a cada nova informação processada, mas a cada rede interativa mobilizada (Gamson, 1992).

Os *media* desempenham com freqüência os seguintes papéis na formação da opinião pública: fornecem informações para as discussões; contribuem para as competências comunicativas e para qualidade dos argumentos formulados por cidadãos bem informados; provêm tópicos em torno dos quais se mobilizam dimensões valorativas privadas e esferas públicas de conversação cotidiana. Sabemos que os circuitos de comunicação pública estabelecem uma estreita ligação com o contexto da vida privada dos indivíduos, recolhendo daí seus recursos vitais para depois serem objeto de debate (Habermas, 1997). Nesse processo de mobilização das experiências e julgamentos privados, a utilização de personagens públicas (e também celebridades) na estruturação das informações desempenha um papel peculiar na construção da opinião pública.

De modo geral, os proferimentos e ações de personalidades públicas em contextos de visibilidade podem promover experiências conectoras de situações pessoais específicas a referências coletivas mais amplas.

A publicização de temas através da performance midiática de figuras públicas é uma estratégia retórica que visa o convencimento pela identificação. Mas há outro efeito também associado à *mise-en-scène* de personalidades em um cenário dissensual: o poder da celebridade está ligado ao modo como ela encarna valores que, compartilhados pela sociedade, tocam de maneiras diferentes a experiência coletiva. A inserção de celebridades em textos de caráter político como esse produzido pelo Movimento Gota d'Água e difundido no Youtube nos remete à reflexão ética acerca de como alterar os códigos morais e valorativos que regem nosso contato com o meio ambiente, com aque-

les atingidos pela construção de barragens e com as grandes empreiteiras e agentes do governo. Se por um lado a personagem pública gera identificação e é capaz de associar valores particulares a valores coletivos, por outro ela pode causar repulsa e indignação caso seu papel seja percebido como sendo apenas fruto de uma tentativa de gerenciamento de imagem: aparecer para o público com uma imagem de bonzinhos e assim alcançar projeção.

POLITIZAÇÃO DAS CONVERSÇÕES ONLINE E FORMAS DE APREENDER MOMENTOS DELIBERATIVOS QUE SE DESDOBRARAM A PARTIR DO VÍDEO GOTA D'ÁGUA

A partir dos dados obtidos por meio da análise de mensagens postadas no Youtube, procuramos identificar empiricamente como se deu a politização das conversações originadas das trocas de posts entre aqueles que acessaram o vídeo. Tal politização ocorre quando reações fluidas, dispersas e guiadas por afetos expressas em resposta ao vídeo no Youtube se focalizam, orientando os participantes em direção à definição e compreensão de um problema de interesse geral.

Tentar avaliar o potencial do Youtube para promover debate político e engajar diferentes sujeitos no processo deliberativo se deve ao fato de acreditarmos que o potencial para o debate crítico ocorre em espaços online que, a princípio, não possuem como propósito central a discussão sobre temas políticos (Wojcieszak e Mutz, 2009). Assim, vários espaços virtuais, a princípio vistos como não políticos, geram discussão política, expondo os participantes a perspectivas diferentes e convidando-os a se posicionarem. Nesse sentido, o percurso metodológico por nós desenvolvido leva em conta que um processo deliberativo não se apresenta de maneira pontual, mas se desdobra em diferentes momentos no ambiente de conversação online. Tal desdobramento leva em conta tanto aspectos ligados às configurações das trocas de enunciados no Youtube quanto aspectos configuradores de momentos que podem ser considerados como deliberativos.

Com relação à configuração das trocas, podemos destacar o fato de que o próprio espaço do Youtube oferece ferramentas para a construção da conversação e, ao mesmo tempo, aqueles que aí interagem constroem e se apropriam do contexto por elas gerado, aproveitando a experiência que já possuem de exploração da plataforma (Recuero, 2012). No Youtube, e também em outros ambientes sociais da rede, há uma forte interseção entre o ambiente e as possibilidades de mediação que ele oferece: articulação

com outras redes sociais, mecanismos de busca, citação e indexação (o que amplia as possibilidades de fundamentação e exemplificação de pontos de vista e argumentos, por exemplo). A persistência, a possibilidade de responder a qualquer mensagem (postada de maneira síncrona ou assíncrona) e o arquivamento das trocas permite que os enunciados não só sejam facilmente recuperáveis, como permitem traçar as diferentes conexões que realizam dentro e para além do espaço no qual foram postados. Certamente, o design da interface prescreve certos comportamentos comunicacionais esperados, mas as práticas dos interagentes sempre contam com usos imprevistos que subvertem algumas dessas configurações.

Quanto aos momentos configuradores de um processo deliberativo no Youtube motivado pelo vídeo em questão, três aspectos foram por nós contemplados na análise qualitativa, levando em consideração a operacionalização de quatro princípios deliberativos: discussão crítico-racional, reciprocidade, reflexividade e autonomia política. Esses princípios foram associados a três momentos específicos, identificados no quadro abaixo:

MOMENTOS DELIBERATIVOS DA INTERAÇÃO ONLINE	PRINCÍPIOS NORMATIVOS ENVOLVIDOS	O QUE OBSERVAR?
Definição e compreensão do problema em causa.	Discussão crítico-racional	Identificar uma série de possibilidades de abordar o problema. Procurar compreender as principais nuances de uma questão. Estabelecer o que é importante para os parceiros de interação. Apropriação crítica dos pontos de vista publicamente disponíveis.
Negociação e dissenso de interpretações sobre o problema em causa: confronto de pontos de vista.	Reciprocidade e reflexividade	Identificar o desacordo e os argumentos em oposição. Justificar posições, oferecer razões embasadas por evidências. Conhecer a opinião oposta (compreender ainda que não haja concordância). Explicitação das premissas que sustentam pontos de vista. Disposição em alterar opiniões e preferências. Ausência ou presença de dominância, de formas de degradação de participantes e/ou de seus argumentos.

Autonomia política, engajamento cívico e passagem à ação	Autonomia política	Capacidade de compreender problemas conjuntamente, de discutir prioridades e necessidades, de justificar as próprias opções, de propor ações vistas como eficazes e defender concepções de bem-viver. Observar como os indivíduos produzem avaliações críticas e razoáveis acerca das opções de ação que possuem, de estabelecer e perseguir as próprias concepções daquilo que definem como o que é melhor para si mesmos e para uma coletividade.
--	-----------------------	---

Fonte: tabela elaborada pelos autores.

1) TENTATIVAS DE DEFINIÇÃO E COMPREENSÃO DA QUESTÃO EM CAUSA

As primeiras reações ao vídeo revelam trocas em que os interagentes buscam estabelecer o que é importante a ser levado em consideração. Procura-se identificar uma série de possibilidades de abordar o problema, de compreender as principais nuances da questão e até de identificar os potenciais parceiros de discussão, as premissas que sustentam suas posições e características que potencialmente os tornam um “público”. Uma conversação inicial que serve à construção cooperativa de um quadro de informações e à definição de um conhecimento comum para orientar os participantes em suas trocas se refere ao próprio Movimento Gota d’Água.

Troca comunicativa 1- Qual é o objetivo do movimento? Que questões ele levanta?

“Reclamaram tanto, mas se não tiver energia saindo da tomada todo mundo reclama. Principalmente a galera do vídeo que não poderá ser vista em suas importantes novelas que bovinizam a massa. Aê governo, construa dezenas de usinas nucleares ali do lado do Projac para ver se eles gostam!”

[SenhorBisteca](#) 5 months ago

“talvez vc esteja certo, mas o projac não foi construído no meio da floresta amazônica, e essa é a questão que esse movimento levanta, achar outras formas de trazer energia elétrica para aquela localidade sem ferir o meio ambiente. com certeza existem outros meios de fazer isso, mas talvez não sejam tao rentáveis para os responsáveis pelo projeto da Usina, já pensou nisso?”

[tubias21](#) in reply to [SenhorBisteca \(Show the comment\)](#) 5 months ago

Há, inicialmente, uma tendência a interpretar a problematização trazida pelo vídeo utilizando argumentos que confirmam as hipóteses previamente sustentadas pelos interagentes, sobretudo no que tange ao entendimento da Rede Globo como manipula-

dora das consciências, da ignorância popular quanto a assuntos de natureza política e a corrupção governamental que, atrelada aos interesses capitalistas não se preocupa com impactos sociais e humanos de uma obra como Belo Monte. Isso pode nos dar a impressão de que a interação se desenvolve sob o registro de uma troca de pré-conceitos. Contudo, se esse é o ponto de partida, há também uma convocação a buscar outras fontes de informação para construir opiniões bem fundamentadas.

Troca comunicativa 2 – Preconceitos individuais e apelo a outras fontes de informação

“E que dia esses filhos da putas se preocuparam com o BRASIL? Um bando de otários hipócritas, bando de fantoche desse mídia escrota. O Primeiro passo pra um país melhor não é a embargar uma usina e sim ter um povo consciente que saiba votar. Uma mídia decente também ajudaria.”

[KingArcher8x](#) in reply to [Nickolz \(Show the comment\)](#) 5 months ago 3

“[@afaq1](#) Cuidado com essas informações! Acho que tu estás bebendo da fonte errada! O governo MENTE descaradamente. Esse vídeo aqui é apenas um vídeo publicitário, ele sintetiza algumas informações. Procure o EIA/RIMA e o Painel de especialistas! Aí você vai ver o quanto está errado em defender essa usina de destruição e morte, que só prova uma coisa: o quanto o governo está disposto em passar por cima dos direitos e da vontade do povo para encher seus bolsos com MUUUUUUITO dinheiro.”

[lorenacardeli](#) 5 months ago

Questiona-se assim também a legitimidade do movimento, a credibilidade dos atores globais para falar sobre a construção da Usina e seus impactos e também a capacidade que personagens públicas possuem para influenciar a formação de esferas públicas de debate. Nessa segunda sequência, já é possível ver o oferecimento de afirmações e respostas baseadas em razões, ou seja, acompanhadas de justificativas, evidências e referências que apontam para um campo discursivo que envolve documentos e debates que se processam em outros espaços. Utilizar evidências para sustentar um argumento ou desafiar outros indica que o participante teve tempo de conhecer, avaliar, refletir e de contrapor a visão oposta à sua.

Troca comunicativa 3 – A legitimidade de personalidades públicas para gerar debate e mobilização política

“Agora você simplesmente contribui para essa campanha e volta a sua vida normal?! Ou muda seus hábitos para iniciar uma nova rotina, fazendo com que seus atos contribuam

involuntariamente para um mundo mais sustentável?! Não adianta compartilhar e se manifestar se VOCÊ não muda seus hábitos...É muita hipocrisia...”

[89mariprado](#) 5 months ago

“Votem se quiserem, não votem se não quiserem. Criem um movimento mostrando-se a favor da usina se você acha que ela faz sentido. Mostre a sua história. Não adianta vir aqui falando merda do vídeo dos outros, você só vai provar que você é um imbecil preguiçoso. Argumenta alguma coisa útil ao invés de escrever em capslock nerdrage”

[pedrorandomnumbers](#) 5 months ago 4

“GENTE, ACORDA! Não interessa se são atores da Globo, record, etc. E que se dane se eles tiverem feito esse vídeo apenas pelo dinheiro. O que importa é que isso está ajudando a divulgar... As pessoas de hoje tem essa mania de querer criticar TUDO, até pra falar bosta, mas o que importa é “criticar” e fingir que é inteligente e tem opinião própria. Se vocês são a favores desse movimento, assinem e parem com a palhaçada de ignorar simplesmente porque são atores q estão divulgando.”

[CamilaFrances1](#) 5 months ago 3

“As pessoas que aparecem nesse vídeo não estão alí por acaso. São pessoas que podem influenciar o povo. São ‘formadores de opinião’. Da mesma forma que poderiam ter colocado a Ivete Sangalo, o Luan Santana, ou outro. Tá em alta? AJUDA!”

[andressavr](#) 5 months ago 17

É interessante observar que logo nesta primeira fase de definição daquilo que está em causa sobre a polêmica construção da Usina de Belo Monte três dinâmicas começam a ser delineadas: a) há a constituição de um público⁶ que é confrontado por uma questão; b) fica claro que os interagentes possuem idéias divergentes de como elaborar o problema em processo de definição; e c) eles se engajam na discussão para melhor entender a questão em pauta e ainda solicitam uns dos outros a elaboração de argumentos potencialmente convincentes (“argumenta alguma coisa útil”).

Esse grupo emerge, assim, não como resultado de uma projeção, mas como resposta a um certo tipo de situação e questão (problema coletivo), orientando o processo de formação de uma opinião coletiva. Sob esse aspecto, uma conversação online pode se iniciar pela busca de valores partilhados e abrir espaço para a negociação de entendimentos e para a exploração dos pontos de discordância existentes entre os participantes.

2) EXPLICAÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS DE PONTOS DE VISTA E JUSTIFICAÇÃO DE PONTOS DE VISTA

Como produto coletivo, a opinião pública indica que um certo público está sendo mobilizado para tomar parte em um debate político no qual os interlocutores são chamados a uma disputa discursiva que envolve: posicionar-se diante dos outros, formular argumentos convincentes e solicitar respostas e justificações dos demais parceiros de interação a respeito de um problema que deixa, então, de pertencer ao pano de fundo das questões problemáticas latentes (Martino e Marques, 2012).

Tal disputa revela como a argumentação em torno de uma questão é construída com base em um conjunto de valores, regras, saberes e crenças que tendem a ser conhecidos e/ou compartilhados pela maioria dos participantes. Assim, quando um participante insurge contra uma mensagem dominante (ou leitura preferencial de um discurso), ele assume o risco de sofrer represálias e de ser insistentemente forçado a se informar melhor ou a deixar a discussão. Nesses casos, costuma haver não só uma desvalorização das opiniões apresentados, mas também dos próprios interlocutores:

Troca comunicativa 4 – Depreciação dos enunciados dos atores do vídeo e dos parceiros da interação no Youtube

“A Amazônia é a maior floresta do mundo” Mentira, a maior floresta do mundo fica nos EUA e Canadá. Além disso, o vídeo fala sobre o preço da usina hidrelétrica, 40 bilhões. Se o governo não investisse tanto em energia, perderia mais dinheiro, pois falta de eletricidade diminui o crescimento do país. Energias “limpas” poderiam ser ineficientes e bem mais caras. Reclamar que os índios não vão ter lugar para morar chega é burrice. Os índios tem um território enorme, mesmo sendo somente 600 mil.”

[Upmaic](#) 5 months ago

“maior floresta tropical imbecil”!

[Brubs27](#) in reply to [Upmaic \(Show the comment\)](#) 5 months ago

“para de falar asneira, seu mediocre!”

[andredgn](#) in reply to [Upmaic \(Show the comment\)](#) 5 months ago

É correto afirmar que as trocas comunicativas em espaços dialógicos da rede nem sempre se apóiam sobre argumentos logicamente válidos e nem sempre as opiniões são acompanhadas das justificações necessárias (Kies, 2010). Além disso, a pouca tolerância

e respeito frente a pontos de vista diferenciados conduz a resultados pouco reflexivos e muito mais articulados como uma disputa retórica e estratégica por convencimento. Em situações como essa a revisão individual de um ponto de vista à luz das considerações dos outros (reflexividade) fica enorme comprometida. Entretanto,

podemos também verificar que há ponderações dos interlocutores sobre aquilo que acreditam estar ligado à questão de Belo Monte. Quando eles definem que um dos aspectos centrais a serem desenvolvidos na argumentação é energia, eles se concentram sobre a dinâmica de explicitação das premissas que sustentam pontos de vista, e tentam providenciar evidências e respostas passíveis de serem aceitas por seus parceiros.

Troca comunicativa 5 – Evidenciar premissas que estão na base dos argumentos apresentados

“Pois é... não vamos cruzar os braços e simplesmente dizer que este é o Brasil. Este é o NOSSO país!! Os militares já erraram construindo a hidrelétrica de Balbina, feita num local plano, o que resulta em pouca energia em relação ao grande tamanho da área alagada (área esta também na mata). Tal fato resulta também numa grande emissão de gases poluentes fruto da decomposição da vegetação que morreu submersa. Está na hora de aprendermos com os erros e não deixarmos que haja outra barbarie dessas.”

[Enrico211290](#) 5 months ago

“O vídeo só esqueceu de abordar o porquê hidrelétrica não é energia limpa. Só as grandes e megas hidrelétricas que alagam florestas tropicais é que são especificamente prejudiciais. O problema é que as plantas cobertas pela água vão produzir o gás metano que contribui extremamente para o aquecimento global. A área alagada das mega hidrelétricas, como Belo Monte, é muito extensa, então produzem uma quantidade exorbitante desse gás. Já as hidrelétricas pequenas não são tão prejudiciais assim.”

[leandrazanqueta](#) 5 months ago

“Hipocrisia é por parte do Governo, que faz campanha a favor da sustentabilidade e investe milhões em obras que não vão produzir energia limpa. Existe uma enorme diferença em produzir energia e mover um país a favor de empresas. Não vamos ser chulos ao pensar que Belo Monte é para benefício de todos. Belo Monte é um cavalo de tróia, porque outras barragens virão depois, modificando totalmente e para pior a vida na região, ACORDEM!”

[rvarani](#) 5 months ago

Para Stromer-Galley (2005), o que torna uma opinião deliberativa não é somente o fato de ela ser construída por meio de uma cuidadosa consideração, de evidências e argumentos de apoio, mas o fato de ela ter sido confrontada pela visão oposta dos outros. Por isso, a reciprocidade nos revela em que medida os participantes trocam opiniões, pedem esclarecimentos, incorporam e/ou respondem aos pontos de vista de seus interlocutores. O fato de proverem respostas reciprocamente, e por escrito, indica que os participantes da discussão refletem sobre os argumentos propostos, que os conhecem e que, de certa forma, entendem o que seus interlocutores querem dizer. Essa dinâmica permite a valorização e o desenvolvimento de habilidades cívicas como, por exemplo, o exercício de explicar, revisar e transformar perspectivas à luz das observações e indagações feitas pelos outros (Marques, 2010).

O desacordo pode ser avaliado a partir da identificação de refutações e opiniões contrárias, as quais também sugerem a presença de uma reflexão crítica, uma vez que não só incluem afirmações que indicam discordância, mas também promovem razões para apoiar essas afirmações, indicando a existência de uma reflexão prévia. O desacordo, ao indicar a presença de visões opostas acerca de um problema (heterogeneidade de perspectivas), torna-se importante porque: a) revela o embate entre perspectivas que não convergem (dissolução de enclaves e da polarização em torno de uma só opinião); b) oferece perspectivas alternativas sobre o problema; c) descentra opiniões cristalizadas (Marques, 2011).

3) AUTONOMIA POLÍTICA, ENGAJAMENTO CÍVICO E PASSAGEM À AÇÃO

Como enfatiza Mark Warren (2001), a autonomia política requer a participação em processos intersubjetivos de troca de razões baseados no emprego e aperfeiçoamento de competências comunicativas que não existem como propriedades individuais, mas como parte de nossas relações intersubjetivas. A autonomia política envolve, portanto, a proteção e a manutenção do status de participante que cada um possui na atividade coletiva de *justificação pública*; a capacidade que cada indivíduo possui de se ver como moralmente responsável por seus julgamentos, ações e auto-entendimentos, no sentido de ser capaz de explicá-los aos outros se houver necessidade. *o princípio da autonomia* é construído através de uma conjugação de fatores individuais e relacionais que os possibilite, de um lado, construir seus próprios projetos e alternativas de ação e, de outro, participar da formulação de alternativas que os beneficiam. Para David Held, a

autonomia envolve “a capacidade de deliberar, julgar, escolher e agir de acordo com diferentes linhas de ação, tanto na vida privada quanto na pública” (1987, p.244).

Seja via mídias tradicionais ou radicais, essa capacidade destacada por Held é fundamental não só para desenvolver e subverter as relações de poder nas sociedades democráticas, mas também para desenhar coletivamente alternativas de ação capazes de reverter situações vistas como contrárias aos interesses identificados no processo de formação da opinião pública. No entanto, é preciso ter em mente que as relações entre a internet o engajamento político não são pautadas por uma espécie de determinismo positivo, em que a presença dos novos meios acarretaria inevitavelmente uma melhora ou aprimoramento da comunicação democrática.

Há no vídeo um apelo explícito aos internautas para que assinem uma petição contra a construção da Usina de Belo Monte. Ao lado do engajamento argumentativo propriamente dito, todos são instados a assinar a petição e a divulgar o vídeo, pois essas ações são entendidas como realmente capazes de alterar os rumos da decisão política oficial:

Troca comunicativa 6 – Convocação à ação

“Eu também desconfio que o site está sendo bloqueado. Imagine o impacto que causam esses artistas falando de maneira tão acessível.”

[BetinaSchmid1](#) in reply to [RacconGames \(Show the comment\)](#) 5 months ago

“Há décadas, as mídias sociais não existiam. Hoje em dia, a força do povo não está só na rua... está na internet! A petição tem valor legal e será apresentada no congresso nacional.”

[aninhabha](#) in reply to [89mariprado \(Show the comment\)](#) 5 months ago

“O site deve estar sobrecarregado, vamos aguardar pra assinar e continuar viralizando o vídeo. :D”

[filipe015](#) 5 months ago 2

Certamente existem diferentes formas de engajamento em ações de ciberativismo: algumas mais pontuais e esporádicas, e outras mais aprofundadas e de longo prazo. Mas não se pode dizer que uma ou outra seja mais eficaz ou mais apropriada, uma vez que muitos grupos cívicos e sociais têm sua principal forma de ação baseada em ações ocasionais e no engajamento pontual em ações esporádicas.

Não há como negar o poder de alcance que as redes têm sobre os espaços de interação cotidiana dos sujeitos. A internet consegue alcançar indivíduos que, a princípio não possuem vinculações políticas com instituições clássicas de organização da sociedade civil (ou que não atuam coletivamente em prol de uma causa), mas que estariam dispostos, desde que fossem ‘devidamente’ convencidos a participar de ações específicas de protesto. Sob esse aspecto, os “militantes” conquistados pela internet podem ser identificados como ocasionais. “Temos então uma militância *à la carte*, pois trata-se de um engajamento periódico e algumas vezes distanciados, dado que o internauta não precisa se expor às pressões sociais que normalmente acompanham este tipo de atividades” (Pereira, 2011, p.15). Mas isso não deve nos levar a afirmar que essa forma de ação esporádica seja sempre menos eficaz ou válida que modos de ação presenciais e de maior frequência. Há ainda uma mistura inseparável de comunicações virtuais e face a face que define a maioria das redes de ativistas e os contatos nessas redes podem ultrapassar os círculos sociais mais imediatos de sua ação. Assim, formas de participação individual e coletiva parecem ser afetadas por redes de comunicação interconectadas que podem oferecer aos indivíduos múltiplos pontos de entrada em formas variadas de ação política.

Mas a expressão política online pode deixar as pessoas com uma falsa impressão de empoderamento, o que não condiz com o real impacto de suas opiniões. É nesse sentido que as oportunidades oferecidas pela internet devem ser vistas de modo associado com as motivações dos próprios atores sociais e com os procedimentos da comunicação efetivamente adotados.

Por isso, ao lado da participação em si, precisam ser avaliados os motivos (se democráticos ou não), o conteúdo, a diversidade, a arquitetura de rede e o impacto da discussão política online (Maia, 2008). Além disso, **a autonomia política, aqui entendida como construção que demanda o envolvimento e a participação dos cidadãos em redes de relações comunicativas com os outros, deve ser considerada como um dos importantes ganhos proporcionados pelos debates online, uma vez que os participantes se esforçam para compreender problemas conjuntamente, discutir prioridades e necessidades, justificar as próprias opções, propor ações vistas como eficazes e defender concepções de bem-viver.**

Resta saber se as estratégias de visibilidade pública empregadas por esse movimento são realmente capazes de assegurar uma participação política, um engajamento cívico e um ativismo para além do “click”, de modo a consolidar suas causas na arena pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível perceber, em diferentes espaços da rede, uma dinâmica de negociação e contestação de pontos de vista em busca de um entendimento partilhado de determinadas questões. Entretanto, não se pode afirmar que a presença de diferentes públicos e perspectivas em espaços discursivos *online* transformam, automaticamente, a *internet* em uma esfera pública (MAIA, GOMES e MARQUES, 2011). A cautela em apontar espaços *online* como esferas públicas deriva do fato de que os diferentes tipos de arquitetura discursiva dos espaços *online* possuem tanto o potencial de constranger quanto de facilitar a abertura, o uso da razão, a criatividade cultural, a auto-organização e a solidariedade.

Não se pode pressupor a existência ou configuração online de uma comunidade argumentativa que partilha a mesma base de pressupostos e valores desde o início de uma conversação. A tolerância e o respeito diante dos pontos de vista diferenciados - os quais só se concretizam por meio da ação de se colocar no lugar do outro - são dificilmente alcançados, dada a predominância da tentativa de convencimento por meio da retórica, da desvalorização e descrédito atribuídos ao ponto de vista alheio, e da tendência ao reforço de opiniões em grupos homogêneos. Quando as discussões e os interagentes ficam presos à reafirmação de seus pré-conceitos, tendem a reafirmar incessantemente suas razões e perspectivas.

A lógica da argumentação e do uso da razão no espaço público, no caso analisado, orienta-se para a politização da conversação cotidiana - processo de descortinamento da colocação em prática de princípios deliberativos - analisada em três momentos: tematização da questão e formação de um público sujeito da opinião pública, explicitação de divergências e justificação recíproca, e engajamento cívico que pode culminar na passagem à ação.

Assim, faz-se necessário conhecer melhor espaços de conversação online como o YouTube e seu potencial de conectar indivíduos dessemelhantes para produzir uma fala política intersectada, capaz de promover relações com as diferentes discussões e espaços políticos (formais e informais) que integram o amplo processo deliberativo acerca de Belo Monte.

REFERÊNCIAS

- BENNETT, Lance. “Communicating global activism: strengths and vulnerabilities of networked politics”. In: VAN de DONK, Wim; LOADER, Brian; NIXON, Paul; RUCHT, Dieter (eds.). *Cyberprotest: nem media, citizens and social movements*. London: Routledge, 2004, pp.123-146.
- BLUMER, Herbert. The mass, the public, and public opinion. In: BERELSON, Bernard; JANOWITZ, Morris (eds.). *Reader in public opinion and Communication*. New York: The Free Press, 1967, p.43-50.
- BOHMAN, James. 2004. “Expanding dialogue: the internet, the public sphere and prospects for transnational democracy”. *Sociological Review*, v. 52, p. 131-155.
- CHAPUT, Mathieu. 2008. “Analyser la discussion politique en ligne: de l’idéal délibératif à la reconstruction des pratiques argumentatives”. *Réseaux*, n. 150, p. 83-106.
- DAHLBERG, Lincoln. 2001. “The internet and democratic discourse: exploring the prospects of online deliberative forums extending the public sphere”. *Information, Communication & Society*, v. 4, n. 4, p. 615-633.
- ENTMAN, Robert. “Framing: towards clarification of a fractured paradigm”. *Journal of Communication*, 43(4), 1993, pp. 51-58.
- FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy, *Social Text*, No. 25/26, (1990), pp. 56-80.
- GAMSON, William. *Talking Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- GOMES, Itania M. Questões de método na análise do telejornalismo: premissas, conceitos, operadores de análise. *E-Compós (Brasília)*, v. 8, p. 1-31, 2007.
- GRAHAM, Todd. 2008. “Needles in a haystack: a new approach for identifying and assessing political talk in non-political discussion forums”. *Javnost-the public*, v. 15, n. 2, p. 17-36.
- HABERMAS J. *Mudança Estrutural na Esfera Pública*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1984.
- HABERMAS, J. *The theory of communicative action*.Vol.1. Boston: Beacon Press, 1984.
- HABERMAS, Jürgen. 1997. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Vol II. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HABERMAS, J. 2006. “Political communication in media society: does democracy still enjoy an epistemic dimension? the impact of normative theory on empirical research”. *Communication Theory*, v. 16, p. 411-426.

HELD, David. *Modelos de Democracia*. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

JANSSEN, Davy & KIES, Raphaël 2005. "Online forums and deliberative democracy: hypotheses, variables and methodologies", *Acta Política*, v. 40, p. 317-335.

KIES, Raphaël. 2010. *Promises and limits of web-deliberation*. New York: Palgrave Macmillan.

LEV-ON Azi & MANIN, Bernard. 2009. "Happy Accidents: deliberation and online exposure to opposing views". In: DAVIES, Todd; GANGADHARAN, Seeta (eds.). *Online deliberation: design, research, and practice*. California: CSLI Publications, p.105-122.

MAIA, Rousiley; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco P. Jamil. (Orgs.). 2011. *Internet e Participação Política no Brasil*. 1 ed. Porto Alegre: Sulina.

MAIA, Rousiley. 2008. "Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximação às condições da deliberação". In: GOMES, Wilson & MAIA, Rousiley (orgs.). *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus.

MARQUES, Ângela. 2009. "La conversation civique sur internet: contributions au processus délibératif". *Estudos em Comunicação/Études en Communication*, v. 5, p. 21-52.

MARQUES, Ângela. 2010. "A conversação informal na internet: condições interacionais e contribuições para uma análise qualitativa". In: BRAGA, José Luiz; LOPES, Maria Immacolata V. & MARTINO, Luiz Cláudio. (orgs.). *Pesquisa empírica em comunicação*. São Paulo: Paulus, p.315-340.

MARQUES, Ângela. Aspectos teórico-metodológicos do processo comunicativo de deliberação online. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v.6, p.19 - 40, 2011.

MARTINO, Luis Mauro Sa ; MARQUES, Ângela. Promises and limits of discourse ethics in communicative interactions. *Estudos em Comunicação/Communication Studies*, v. 10, p. 1-21, 2011.

MARTINO, Luis Mauro Sa ; MARQUES, Ângela. Política na hora do chá: ética e identidade no debate online sobre uma bebida. *Comunicação, Mídia e Consumo* (São Paulo. Impresso), v. 9, p. 49-74, 2012.

MIOLA, Edna. 2011. "Iniciativas institucionais de deliberação inline: um estudo do fórum de discussão do portal da Câmara dos Deputados". In: MAIA, Rousiley; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco P. Jamil. (Orgs.). *Internet e Participação Política no Brasil*. 1 ed. Porto Alegre: Sulina, p.147-174.

PAPACHARISSI, Zizi. 2002. "The virtual sphere: the internet as a public sphere". *New media & society*, v. 4, n. 1, p. 9-27.

PEREIRA, Marcus Abilio. *Internet e mobilização política - os movimentos sociais na era digital*. Trabalho apresentado no IV Encontro da Associação dos Pesquisadores Brasileiros em Comunicação e Política (Compólitica), realizada no Rio de Janeiro, de 13 a 15 de abril de 2011, p.1-26.

RECUERO, Raquel. *A conversação em rede*. Porto Alegre: Sulina, 2012.

SAMPAIO, R. C. 2011. “Quão deliberativas são discussões na rede? Um modelo de apreensão da deliberação online”. In: MAIA, Rousiley; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco P. Jamil. (Org.). *Internet e Participação Política no Brasil*. 1 ed. Porto Alegre: Sulina, p. 197-230.

SCHNEIDER, Steven. 1997. *Expanding the public sphere through computer-mediated communication: political discussion about abortion in a usenet newsgroup*. Tese de PhD. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology/MIT Political Science.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. *Esfera pública interconectada, blogosfera e redes sociais*. In: *Esfera Pública, Redes e Jornalismo*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009, v.1, p. 70-89.

STROMER-GALLEY, Jennifer. 2005. “Decoding deliberation online”. Trabalho apresentado na Second Conference on Online Deliberation. Palo Alto, California, 20 a 22 de maio.

THOMPSON, John. *A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.

TSAGAROUSIANOU, Roza. “Electronic democracy and the public sphere: opportunities and challenges”. In: TSAGAROUSIANOU, Roza; TAMBINI, Damian;

BRYAN, Cathy. *Cyberdemocracy: technology, cities and civic networks*. London: Routledge, 1998, pp.167-178.

VERGEER, Maurice & HERMANS, Liesbeth. 2008. “Analyzing online political discussions: methodological considerations”. *Javnost-the public*, v. 15, n. 2, p. 37-56.

WARREN, Mark. *Democracy and Association*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2001.

WESSLER, Hartmut. 2008. Investigating Deliberativeness Comparatively, *Political communication*, 25:1, p.1-22.

WESTWOOD, Robert; JOHNSTON, Allanah. Reclaiming authentic selves: control, resistive humour and identity work in the office. *Organization*, v.18, n.2, 2011, p.1-22.

WILHELM, Anthony. 2000. *Democracy in the digital age: challenges to political life in cyberspace*. London: Routledge.

WITSCHGE, Tamara. 2004. "Online deliberation: Possibilities of the Internet for deliberative democracy". In: SHANE, P. (ed.). *Democracy online: The prospects for political renewal through the Internet*. New York, NY: Routledge, p.109-122.

NOTAS

- 1 Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP e professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero (SP). lmsamartino@gmail.com São Paulo, BRASIL.

Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no XVIII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), ocorrido na cidade de Gramado entre os dias 01 e 04 de agosto de 2012. Os autores são gratos às sugestões feitas pelos integrantes da AT Comunicação Política e Opinião Pública, especialmente ao prof. Ricardo Fabrino Mendonça (DCP/UFMG), pelos ótimos comentários e apreciações.

- 2 Antes da revisão presente em *Direito e Democracia*, Habermas reelabora suas proposições acerca do conceito de esfera pública no texto: HABERMAS., Jürgen. "Further Reflections on the Public Sphere". In: CALHOUN, Craig (ed.). *Habermas and the Public Sphere*, 1992, pp.421-461.
- 3 Modo de endereçamento é aquilo que é característico das formas e práticas comunicativas específicas de um programa, diz respeito ao modo como um programa específico tenta estabelecer uma forma particular de relação com sua audiência. O modo de endereçamento se caracteriza pela relação que o programa (forma de apelo) propõe para ou em conjunto com a sua audiência. Ele nos diz, duplamente, da orientação de um programa para o seu receptor e de um modo de dizer específico; da relação de interdependência entre emissores e receptores na construção do sentido de um produto televisivo e do seu estilo. (Gomes, 2007)
- 4 Robert Entman (1993, p.53) ressalta que o trabalho de conferir destaque a um determinado aspecto do problema em pauta deve ser entendido como produto da interação entre as escolhas do comunicador e uma afinidade entre o discurso textual e o *background* cultural dos receptores. Sob este aspecto, os enquadramentos devem acionar "pistas" para que as pessoas identifiquem e consigam se posicionar diante de uma questão ou problema. Assim, os enquadramentos promovidos pelos meios de comunicação expressam uma disputa simbólica onde cada uma das partes envolvidas deseja: a) definir o problema com seus próprios termos; b) atribuir responsabilidades e causas; c) avaliar o impacto do problema; d) produzir argumentos sobre possíveis consequências, e e) recomendar soluções.
- 5 O potencial de resistência do humor é geralmente associado à sua capacidade de introduzir sentidos alternativos em situações sociais. Segundo Westwood e Johnston (2011), o humor pode ser considerado subversivo se ele consegue introduzir uma realidade alternativa capaz de desafiar a realidade dominante, expondo sua arbitrariedade, paradoxos e inconsistências. Assim, sua capacidade de resistência está intimamente associada à aproximação que promove entre idéias e realidades incongruentes, dependendo portanto da existência de múltiplas realidades possíveis. O núcleo subversivo do humor depende, então, de sua capacidade de revelar como a realidade dominante é arbitrária e frágil.
- 6 O termo "público" é usado quando se faz referência a um grupo de pessoas: (a) que é confrontado por uma questão; (b) que possui idéias divergentes de como solucionar tal questão, e (c) que se engaja na discussão para melhor entender a questão em pauta (Blumer, 1967, p.46).
- 7 Como os participantes de trocas comunicativas em espaços online expressam seus pontos de vista sob a forma de argumentos potencialmente aceitáveis por todos e capazes de ser desafiados e justificados. Para Stromer-Galley (2005), um argumento é racional se a afirmação feita promove evidências que podem ser observadas e confirmadas (apelando para uma base normativa compartilhada), ou negadas empiricamente.
- 8 A reciprocidade indica se os participantes estão se engajando uns com os outros ou se estão simplesmente se dedicando a monólogos nos quais os parceiros não respondem. Um processo recíproco implica troca de turnos e respostas às afirmações dos outros (quem responde a quem) (Kies, 2010).
- 9 Os participantes, em processos reflexivos, devem se manter flexíveis para alterar suas opiniões e preferências

quando confrontados com críticas ou com argumentos sustentados pelos outros, demonstrando interesse em considerar e entender perspectivas distintas (Graham, 2008).

- 10 A autonomia política, segundo Mark Warren (2001), diz respeito à capacidade que os indivíduos possuem de adotarem uma atitude reflexiva em relação às próprias necessidades e interesses, de iniciar projetos, idéias e relações quando desejam alcançar o que entendem por seu próprio ideal de bem-viver.

Artigo recebido: 01 de setembro de 2012

Artigo aceito: 26 de setembro de 2012